

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.117 - PR (2019/0296113-4)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**REGINA YURICO TAKAHASHI - PR013315**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**PACIENTE : WALYSON SANTOS OLIVEIRA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Walyson Santos Oliveira**, em que se aponta como órgão coator o Tribunal de Justiça do Paraná.

No Processo n. 0004822-86.2018.8.16.0064, o Juízo da Vara Criminal da comarca de Castro/PR condenou o paciente à pena de 10 anos e 22 dias de reclusão, em regime inicial fechado, e pagamento de 1.444 dias-multa, por incurso nos arts. 33, *caput*, e 35, *caput*, ambos da Lei n. 11.343/2006 (fls. 117/196).

A Quarta Câmara Criminal do Tribunal paranaense negou provimento ao apelo defensivo, mantendo a sentença de primeiro grau na íntegra.

Aqui, a impetrante requer a concessão liminar da ordem para:

a) Reconhecer a nulidade dos atos investigatórios perpetrados pela Polícia Militar do Paraná, por ofender o disposto no art. 144, §§ 4º e 5º da Constituição Federal, desentranhando as provas ilícitas dos autos, e consequentemente absolvendo o Paciente por falta de provas;

b) Reconhecer a ilegalidade das escutas telefônicas realizadas após o prazo de 15 dias, tendo em vista que a decisão que renovou o prazo de 15 dias não contém fundamentação idônea, desentranhando as provas ilícitas do processo, pois infringiram o art. 5º da Lei nº 9.296/96 e art. 5º, XII da Constituição Federal, e consequentemente absolver o Paciente por falta de provas;

c) Reconhecer a ocorrência de cerceamento de defesa quando da não disponibilização dos conteúdos das escutas telefônicas, sequer as transcritas em denúncia, eivando esta prova de inconstitucionalidade, por ofensa ao art. 5º, LV da Constituição;

d) Absolver o Paciente da prática do crime de associação para o tráfico, por insuficiência probatória, em respeito ao art. 386, II, III, V e VI do Código de Processo Penal;

e) Absolver o Paciente pelo crime de tráfico de drogas, por insuficiência probatória, em respeito ao art. 386, II, III, V e VI do Código de Processo Penal;

f) Alternativamente, aplicar o §4º do art. 33 da lei nº 11.343/06;

g) Alternativamente, afastar as circunstâncias negativas do delito de tráfico de drogas em razão da natureza da droga, conforme art. 42 da Lei nº 11.343/06.

# *Superior Tribunal de Justiça*

É o relatório.

Na hipótese, o alegado constrangimento não se apresenta com a nitidez imprimida no *writ*, exige um exame mais detalhado dos elementos de convicção carreados aos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo da impetração, até porque a motivação que ampara o pedido de urgência confunde-se com o próprio mérito do *writ*.

**Indefiro**, portanto, a liminar.

Instruídos os autos, abra-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator